

No dia doze de abril do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, na Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Previdenciária – SMAGP, à Avenida Augusto de Lima, 30, 10º andar, nesta capital, reuniu-se o Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, do Município de Belo Horizonte, com a presença dos conselheiros: Gilmar Xavier Lima, Presidente, Isabel Cristina da Cruz, Mauro Heleno Ladeira Oliveira, Nourival de Souza Resende Filho e Omar Pinto Domingos. Também presentes, pela Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Previdenciária – SMAGP, Unidade Gestora Única do RPPS, Márcio Almeida Dutra, Fernando Ferreira Calazans, Cristina Maria Melgaço da Silva e Camila Mariana Coutinho. Conselheira Cristina Ayer não compareceu e não foi substituída por seu suplente. Presidente Gilmar Xavier deu início à reunião, apresentando a pauta: aprovação da ata da 7ª reunião extraordinária do Conselho Fiscal; apresentação das receitas e despesas do RPPS/BH do 1º bimestre de 2015. Prosseguiu a votação da ata da reunião passada, realizada em 22 de março de 2016, que foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros presentes, após correção proposta por Nourival Resende. Fernando Calazans prestou esclarecimentos sobre a competência legal dos Conselhos Fiscal e de Administração quanto à aprovação das contas do RPPS/BH, matéria debatida pelos conselheiros na última reunião. Informou que o art. 96º, inciso IX, da Lei 10.362/2011, determina que compete ao CA pronunciar-se quanto às contas apresentadas pelo gestor, o que significa aprovar ou rejeitar, e que o art. 100, inciso X, do mesmo instrumento legal, trata da competência de emissão de parecer pelo CF, o que significa sugerir a aprovação, fundamentada adequadamente. Com base nesses dispositivos legais, o parecer foi adequado. Omar Domingos fez ponderações sobre o termo utilizado na Lei, que trata da pronúncia do CA, e Gilmar Xavier sugeriu a revisão do dispositivo legal. Fernando Calazans ratificou as responsabilidades de ambos os Conselhos, propondo apresentar aos conselheiros as leis de outros RPPS's para comparação. Márcio Dutra complementou dizendo que apresentarão esta situação ao CA, para que convalidem a aprovação dos pareceres emitidos pelo CF de 2012 até a presente data. Fernando Calazans apresentou aos conselheiros a nova redação do parecer de análise das contas do encerramento de 2015, e Gilmar Xavier informou estar de acordo, mas fez críticas sobre as competências do CA, que tem competência para aprovar as políticas do RPPS e as contas, concomitantemente. Omar Domingos complementou, informando que o RPPS não tem um órgão superior, como ocorre no caso das assembleias de acionistas nas empresas, chamando atenção para situações em que houver discordância entre ambos os Conselhos. Márcio Dutra afirmou que esse órgão superior, na nossa atual estrutura, estaria representado pela Auditoria Geral do Município – AGM. Fernando Calazans completou, dizendo que ainda assim haveria a necessidade de determinar um responsável pela deliberação, já que a AGM atuaria de maneira opinativa, emitindo parecer. Márcio Dutra exemplificou, citando a salvaguarda prevista na revisão do regimento interno do CA quanto à regra de quórum mínimo para aprovação das deliberações. Mauro Heleno corroborou sobre a necessidade de melhorarmos a gestão das políticas do RPPS a partir da revisão dos instrumentos legais relacionados. Manifestou preocupação sobre a revisão do quórum mínimo do CA para votação de pautas, ponderando que há matérias que exigem maioria ou 2/3, pelo menos. Márcio Dutra, para exemplificar, citou a atuação do Comitê de Investimentos-CI, que toma decisões de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo CA, cujos representantes exigiram, nas últimas reuniões, que o CI submeta previamente ao CA as iniciativas de investimento em renda variável, sugerindo ainda que os Secretários de Finanças e Planejamento participem das reuniões do CI. Omar Domingos retomou discussões passadas sobre o respaldo jurídico aos conselheiros, e a efetiva participação e representação dos mesmos frente às matérias discutidas em ambos os Conselhos. Márcio Dutra manifestou agradecimentos aos conselheiros, pelo envolvimento e participação, dizendo que há muitas conquistas, assim como oportunidades de melhorias. Gilmar Xavier solicitou que constasse em ata sua sugestão para que o órgão gestor do RPPS/BH procure informar-se sobre a forma como é realizada a prestação de contas aos Conselhos de outros RPPS's, pois considera estranha a não segregação de função do CA em Belo Horizonte, que, dentre suas competências, estão a de aprovar as políticas do RPPS e também pronunciar-se sobre suas contas. Márcio Dutra atentou para o fato de que as contas do RPPS/BH também são aprovadas pelo TCE/MG. Passou a palavra a Cristina Melgaço, que prosseguiu a apresentação das contas do RPPS do 1º bimestre do exercício. Atentou para as restituições recebidas no FUFIN em janeiro,

correspondentes aos meses de novembro e dezembro do ano anterior. Mauro Heleno sugeriu que, nas próximas planilhas, conste o previsto e o realizado. Nourival Resende propôs que constasse como nota explicativa o detalhamento dessas restituições. Cristina Melgaço deu continuidade à apresentação dos resultados, explicando sobre os aportes realizados no exercício. Omar Domingos perguntou se o BHPrev, atuarialmente, ainda mostra-se vantajoso. Márcio Dutra disse que sim, informando que os resultados hoje aferidos cobrem todos os benefícios do regime de todos os beneficiários e que, se esta situação permanecer por cinco anos ininterruptos, as regras deverão ser revistas, visando adequar o equilíbrio financeiro e atuarial. Cristina Melgaço prosseguiu a apresentação dos dados consolidados de ambos os fundos e a quantidade de beneficiários, demonstrada em gráficos. Omar Domingos questionou se a convocação do Censo aos faltosos surtiu efeito. Márcio Dutra disse que sim, e que enviará a matéria publicada no DOM sobre o encerramento do Censo. Cristina Melgaço agradeceu a todos pela participação e convívio. Gilmar Xavier agradeceu a todos pelo período em que esteve à frente do Conselho. Mauro Heleno e Omar Domingos também expressaram agradecimento. Isabel Cristina também se mostrou grata e aproveitou para manifestar-se sobre a necessidade de as entidades reunirem-se com antecedência às reuniões, para alinhar e fortalecer sua participação em detrimento à força da Sindibel. Márcio Dutra agradeceu a todos os conselheiros, e informou os representantes do Governo indicados para o próximo mandato do CF. Manifestou sua intenção de capacitar os conselheiros, especificamente quanto às certificações CPA-10 e CPA-20. Nourival Resende manifestou-se positivamente sobre a sua permanência no CF. Nada mais a ser tratado, eu, \_\_\_\_\_ (Camila Mariana da Cruz Gomes Coutinho, BM 081.476-1), lavro a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos conselheiros presentes na ocasião. Belo Horizonte, 12 de abril de 2016.

---

Gilmar Xavier Lima

---

Isabel Cristina da Cruz

---

Nourival de Souza Resende Filho

---

Mauro Heleno Ladeira Oliveira

---

Omar Pinto Domingos